

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE S. MARTINHO DA GÂNDARA

QUADRIÉNIO 2025/2029

Ata da reunião nº3

-----A dez de abril de dois mil e vinte seis, pelas vinte e uma horas reuniu, no edifício sede da Junta de Freguesia, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia. Todos os elementos do Executivo e Assembleia estiveram presentes. A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

-----1 – Período reservado ao público; -----

-----2 – Período antes da ordem do dia; -----

-----3 – Ordem do dia: -----

-----Ponto 1 – Aprovação da ata da sessão anterior; -----

-----Ponto 2 – Informação escrita do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade e situação financeira da freguesia – Apreciação; -----

-----Ponto 3 – Análise do Relatório e Contas do ano 2025 – Aprovação; -----

-----Ponto 4 – Análise da 1ª Revisão Orçamental do ano 2026 - Aprovação; -----

-----Ponto 5 – Análise das alterações ao inventário – Aprovação; -----

-----4 – Período reservado ao público -----

-----No período reservado ao público, usaram da palavra: O Sr. Rodrigo Miguel Lopes Martins, residente na Rua José Soares Ribeiro, nº38; o Sr. José Fernando Matos Terra, residente na Rua Padre Salvador Terra, nº286; a Sra. Teresa Mafalda Castro Pinho Silva Leite, residente na Rua de Casaldias, nº 166 e o Sr. Rogério Pinho Silva, residente na Rua de Vide, nº119. O Sr. Rodrigo Martins solicitou esclarecimentos sobre as situações existentes no lugar da Massada e Macieira, na sequência da tempestade ocorrida em janeiro. Destacou a situação existente na Rua Domingos José da Costa, onde ocorreu a derrocada de um muro pertencente a uma habitação, situação que, até à presente data, continua sem resolução. Nesse sentido, questionou se o proprietário foi contactado para proceder à resolução do problema. No seguimento deste assunto, o Sr. José Terra questionou se o proprietário não deveria ser intimado para realizar a obra. Por sua vez, a Sra. Teresa Leite considerou que deveriam ser adotadas medidas urgentes e definitivas, tendo em conta o perigo existente no local. Referiu compreender que a Junta de Freguesia possa não ter competência ou vantagens em apoiar diretamente a execução da obra, e até que os proprietários não tenham condições financeiras para custear todos os encargos necessários à obra. Ainda assim, defendeu que, não sendo a situação da competência da Junta, a Câmara Municipal deveria intervir, nomeadamente através do encerramento da rua, de forma a prevenir a ocorrência de qualquer acidente grave, bem como exercer pressão sobre os proprietários para a resolução da situação. O Sr. Rogério Pinho referiu o que a seguir se transcreve: -----

“-----Boa noite Sr.^a Presidente da Mesa da Assembleia, boa noite Srs. Secretários, boa noite aos colegas do Executivo, boa noite aos membros da Assembleia e boa noite ao público.

-----Penso que todos temos a noção da importância do Centro Desportivo e Cultural da freguesia, tanto no aspeto social como desportivo. O CDC é uma infraestrutura que representa o esforço de muita gente que esteve ligada ao clube e que merecem que cuidemos da sua memória cuidando do CDC o melhor que nos for possível. O CDC já teve a sua época dourada com a subida à primeira divisão da Distrital de Futebol de Aveiro e mais tarde com eventos que marcaram de forma positiva a freguesia. -----

-----Queria dizer-vos que estou à frente da Direção do Clube desde 2018 e que neste momento por questões familiares e por razões de legalidade, juntando a isto o tempo que tenho que dedicar ao Executivo, decidi terminar a minha permanência na Direção do CDC a partir de outubro de 2026. -----

-----A bem do clube e para que as instalações continuem a ser utilizadas e rentabilizadas da melhor forma, espero que até lá surja uma ou mais listas que possam dar continuidade ao trabalho daqueles se esforçaram por deixar umas infraestruturas dignas e que ainda hoje usamos com orgulho. Obrigado pela vossa atenção.” -----

-----O Presidente do Executivo, no uso da palavra, esclareceu que as situações verificadas no Rio da Ponte e Macieira se encontram entregues à Câmara Municipal, entidade que irá proceder à respetiva intervenção, estando atualmente em curso o processo de contratação pública do empreiteiro. Relativamente à situação em Massada, informou que houve contacto com o proprietário, tendo este inclusivamente sido intimado, tratando-se, contudo, de uma situação que não se encontra sob a alçada da Junta de Freguesia. Referiu que a intervenção necessária envolve custos elevados e que o proprietário alega não possuir condições financeiras para avançar com a obra. Salientou que, caso venha a ocorrer algum incidente, a responsabilidade será do proprietário. Não obstante, considerou tratar-se de uma intervenção urgente, assegurando que o Executivo se mantém atento e ativo no acompanhamento da situação. Acrescentou que a Câmara Municipal já alertou o proprietário para a gravidade e urgência da intervenção, tendo em conta o risco existente, quer para os residentes, quer para os transeuntes. Informou ainda que o corte da via não foi considerado uma solução viável, uma vez que o pedido efetuado pela Câmara Municipal à entidade competente para o encerramento da rua foi indeferido. Por fim, referiu que o Executivo compreende a urgência da situação e se encontra a procurar alternativas. -----

-----No ponto 2 – Período antes da ordem do dia, usou da palavra o Sr. José Terra e a Sra. Manuela Godinho. O Sr. José Terra referiu o que a seguir se transcreve: -----

“-----Boa noite. Na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia de freguesia, professora Maria José, sintam-se todos cumprimentados. -----

-----Decorridos que estão cerca de seis meses sobre a tomada de posse do atual executivo da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara – que, em bom rigor, correspondem a doze anos e meio de governação do Partido Socialista – a coligação AD - Agora São Martinho, no cumprimento do seu papel de oposição, procede a uma avaliação da ação do executivo até ao momento, confrontando as prioridades assumidas com as reais necessidades da freguesia.

-----No plano da habitação, no âmbito das questões aqui colocadas na última assembleia referentes a este tema, detetamos na resposta do Sr. Presidente uma evidente ausência de estratégia. Não foi evidenciado qualquer plano estruturado que responda às dificuldades de acesso à habitação na freguesia, nem tão pouco é pública a existência de diligências formais, documentadas, junto da Câmara Municipal com vista à tão necessária e há muito aguardada alteração do Plano Diretor Municipal. Perante um problema que condiciona a fixação de população, o rejuvenescimento demográfico e o desenvolvimento económico local, a postura do executivo é politicamente reveladora. -----

-----Ao nível dos recursos humanos e operacionais, é evidente a necessidade de investimento em equipamentos mecânicos básicos que permitam modernizar a resposta da Junta de Freguesia. A aquisição destes meios não só aumentaria a rapidez e a eficácia das intervenções no espaço público, como libertaria os escassos recursos humanos para tarefas de maior valor e abrangência, evitando a sobrecarga permanente dos trabalhadores e a consequente degradação do serviço prestado à população. A ausência deste investimento revela a falta de visão estratégica na gestão dos recursos disponíveis. -----

-----Sr. Presidente, relativamente à Escola do Pardieiro, a população continua sem saber quando será inaugurada, que tipo de intervenção foi concretamente realizada e, sobretudo, qual o modelo de usufruto previsto para aquele espaço. Estará ao serviço da nossa comunidade? Terá funções culturais, educativas, sociais? Ou continuará envolta numa indefinição que transforma um investimento público concelhio numa expectativa continuamente adiada? Recordamos que, no ano passado, fomos impedidos pelo executivo municipal de visitar a obra. Nesse sentido, solicitamos que diligencie para que nos seja finalmente permitido visitar a escola. -----

-----Para finalizar, importa sublinhar uma evidência que não pode ser ignorada: este é o resultado expectável de quem governa há doze anos. Doze anos não são doze dias. A continuidade das mesmas políticas e práticas traduz a falta de ambição para reposicionar São Martinho da Gândara na verdadeira senda de progresso. -----

-----A coligação AD - Agora São Martinho continuará a exercer uma oposição atenta, exigente e responsável, fiscalizando cada decisão e cada omissão deste executivo. Mas fá-lo-á também com sentido de alternativa, apresentando ideias, soluções e propostas concretas que devolvam à freguesia uma visão estratégica, capacidade de planeamento e ambição política ao serviço da população de São Martinho da Gândara. Obrigado.” -----

-----A Sra. Manuela Godinho considerou a homenagem às pessoas da terra uma iniciativa positiva, solicitando esclarecimentos relativamente aos critérios de seleção das pessoas homenageadas e das respetivas áreas de destaque. Questionou ainda se esta iniciativa terá continuidade no futuro e se abrangerá sempre as mesmas áreas. Relativamente às atividades culturais promovidas, considerou igualmente uma iniciativa positiva e com boa adesão por parte da população, questionando se é realizada alguma avaliação junto dos participantes ou da própria iniciativa, com vista à análise do seu impacto e resultados. -----

-----O Presidente do Executivo, no uso da palavra, esclareceu que existe uma estratégia definida no âmbito da habitação, tendo já sido solicitadas alterações ao PDM relativamente a reservas agrícolas, com vista à criação de zonas habitacionais. Referiu ainda que têm sido mantidos contactos com empreiteiros no sentido de promover investimento na freguesia. Acrescentou que o avanço previsto do saneamento contribuirá para criar condições mais favoráveis e atrativas para a fixação de população. Relativamente à Escola do Pardieiro, explicou que o edifício será uma Escola-Cantina, integrada no projeto Roteiro dos Sentidos, e que as obras se encontram em fase de conclusão, não existindo ainda data prevista para a inauguração. Acrescentou também que o Sr. José Terra foi convidado a participar na elaboração do orçamento, não tendo apresentado contributos, à exceção da sugestão para construção de casas de banho junto à Capela de Santo André. No que respeita às homenagens, o executivo considerou que as pessoas devem ser reconhecidas em vida, que foram ouvidas opiniões da população e que, numa primeira fase, optaram por homenagear pessoas ligadas às áreas da saúde, desporto e educação. Em futuras edições poderão ser consideradas outras pessoas e outras áreas de atividade. Informou ainda que a intenção é realizar estas homenagens de dois em dois anos, podendo a Assembleia de Freguesia apresentar sugestões de áreas e personalidades a distinguir. Quanto às atividades culturais, referiu que o executivo tem procurado ouvir a população e acolher as suas sugestões, existindo uma agenda cultural anual, procurando-se continuamente melhorar a oferta cultural da freguesia. -----

-----Ainda neste ponto, usou da palavra a Sra. Ana Almeida, que sugeriu, no âmbito das atividades culturais, a criação de um formulário Google Forms para avaliação das iniciativas e recolha de sugestões por parte da comunidade e participantes. O Sr. José Terra acrescentou que, relativamente à habitação, a discussão deveria ser aberta à comunidade, defendendo uma estratégia pública e participada, em vez de assente em reuniões privadas com empreiteiros. Relativamente à Escola do Pardieiro, referiu não ter ficado esclarecido se o espaço será para usufruto da comunidade, se estará acessível ao público e de que forma é feita a articulação entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Salientou que foram impedidos de visitar o edifício pela Câmara Municipal, questionando se a Junta poderá interceder para permitir a visita à obra. Acrescentou também que, caso o executivo

pretendesse envolver a Assembleia na escolha dos homenageados, deveria ter partilhado previamente essa intenção, permitindo assim à Assembleia apresentar contributos e sugestões de pessoas e áreas a homenagear. A Sra. Sandra Gomes, na sua intervenção, sugeriu a criação de uma lista de critérios para definição das pessoas a homenagear. Acrescentou, relativamente à Escola do Pardieiro, que o Presidente da Câmara Municipal já tinha mencionado que o espaço estará aberto à comunidade, e que atualmente a obra não reúne condições de segurança para visitas da população. O Sr. José Ribeiro acrescentou que, após uma breve pesquisa na internet, compreendeu o fundamento do projeto da Escola-Cantina, considerou muito positivo o interesse atualmente demonstrado pelo edifício, salientando que este se encontrava anteriormente abandonado e sem utilização. Referiu ainda que o mais importante é que o imóvel se encontra agora em processo de reabilitação, para futura utilização ao serviço da comunidade. -----

-----Em resposta às novas intervenções, o executivo reiterou estar aberto a sugestões e contributos para o desenvolvimento da freguesia, salientando que os contactos estabelecidos com empreiteiros visam abrir perspetivas futuras e atrair investimento. Manifestou ainda disponibilidade para acolher todas as ideias que possam contribuir positivamente para esse objetivo. Relativamente à Escola-Cantina, esclareceu que, oportunamente, o espaço estará aberto ao público, mas que, neste momento, não existem condições de segurança que permitam visitas, por se tratar de um local em obra. -----

-----No ponto 3 – Ordem do dia: -----

-----Ponto 3.1 da Ordem do dia – Aprovação da ata da sessão anterior. Após votação foi aprovada por unanimidade. -----

-----Ponto 3.2 da Ordem do dia – Informação escrita do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade e situação financeira da freguesia – Apreciação; o Executivo prestou os devidos esclarecimentos relativamente a atividades desenvolvidas e situação económica. Neste ponto, o Sr. José Terra elogiou a intervenção realizada junto do Sr. Artur, referindo que esta situação evidencia a existência de outros casos que merecem igualmente atenção. Alertou, em particular, para a situação da Sra. Fátima, residente no lugar de Macieira, que se encontra em situação de vulnerabilidade habitacional. Manifestou ainda disponibilidade para a visitar em conjunto com o executivo, acrescentando que a mesma se mostra recetiva a apoio. O Presidente do Executivo, no uso da palavra, esclareceu que a situação já se encontra identificada e sinalizada aos serviços sociais da Câmara Municipal, tendo já sido contactada pelos mesmos. Ainda assim, manifestou abertura para a realização da visita conjunta e garantiu que o executivo continuará atento ao acompanhamento desta situação. Solicitou igualmente que, caso sejam identificadas outras situações semelhantes, as mesmas sejam comunicadas à Junta de Freguesia, de forma a poderem ser encaminhadas para os serviços competentes. -----

-----Ponto 3.3 da Ordem do dia – Análise do Relatório e Contas do ano 2025 – Aprovação;

usaram da palavra os Senhores José Terra e José Ribeiro. O Sr. José Terra referiu que tem sido recorrente a incorporação de saldos de gerência, considerando que tal significa que parte da verba prevista não foi executada nem investida. Acrescentou que a existência de saldos de gerência nem sempre traduz uma boa gestão, parecendo tratar-se de uma prática recorrente tanto no atual como no anterior executivo. O Sr. José Ribeiro acrescentou que o objetivo de qualquer executivo não deverá ser a existência de saldos de gerência elevados, mas sim a execução do orçamento conforme revisto no PPI. Referiu que, quando existem saldos de gerência significativos, isso demonstra que algumas das ações ou investimentos inicialmente planeados não foram concretizados, situação que poderá ou não ser justificada através da análise da conta de gerência. Acrescentou ainda que, pela análise dos documentos apresentados, é possível verificar a existência de algumas rubricas com valores relevantes que não foram executadas, o que ajuda a explicar o reduzido grau de execução do PPI. Considerou que o Sr. Presidente poderá esclarecer as razões pelas quais determinadas obras não foram realizadas, ou se algumas delas acabaram por ser assumidas pela Câmara Municipal. Aproveitou ainda para deixar um alerta ao atual executivo, defendendo que o principal objetivo deve passar pela concretização dos investimentos previstos e pela máxima execução do PPI, e não pela acumulação de saldos de gerência. Referiu também compreender que, por vezes, sejam previstas rubricas residuais ou valores suscetíveis de serem posteriormente utilizados para fazer face a imprevistos, apelando, contudo, ao maior rigor possível na elaboração e execução dos documentos apresentados e que se cumpra a execução conforme previsto. O Presidente do Executivo, no uso da palavra, esclareceu que o investimento tem vindo a ser realizado e que os próximos investimentos e obras previstos irão absorver grande parte da verba disponível. Explicou ainda que, as dificuldades no cumprimento do planeado estão muitas vezes relacionadas com a escassez de empreiteiros disponíveis para executar as obras. Salientou que alguns não foram executados por ausência de apoio financeiro ou por já não se revelarem necessárias. Acrescentou ainda que, avançar com obras sem garantia de apoio por parte da Câmara Municipal poderá conduzir ao endividamento da Junta de Freguesia, situação que pretendem evitar. Após votação, foi aprovado por maioria, com duas abstenções do PSD.

-----Ponto 3.4 da ordem do dia – Análise da 1ª Revisão Orçamental do ano 2026 - Aprovação. Após votação, foi aprovada por maioria, com duas abstenções do PSD. -----

-----Ponto 3.5 da ordem do dia – Análise das alterações ao inventário – Aprovação; após os devidos esclarecimentos foram aprovadas por unanimidade. -----

-----No último ponto da ordem de trabalhos – “Período reservado ao público”, usaram da palavra a Sra. Teresa Mafalda Castro Pinho Silva Leite, residente na Rua de Casaldias, nº 166, e a Sra. Rosa Almeida Soares Guimarães, residente na Rua Manuel Alves Oliveira, nº 330. A Sra. Teresa Leite referiu que a aquisição de um destróador florestal para apoio à limpeza das ruas pode trazer benefícios, permitindo uma maior rentabilização do tempo dos

funcionários e assegurando uma limpeza mais eficaz. Considerou tratar-se de um investimento vantajoso e sem custos excessivamente elevados. Acrescentou ainda que o alargamento previsto para o lugar da Ínsua poderá não ser tão prioritário, e que a intervenção na Rua da Espinheira seja mais urgente. A Sra. Rosa Guimarães alertou para o estado da limpeza entre a Rua de Sá e a Rua de Casaldias, referindo a existência de silvado a invadir a via pública. Considerou que a responsabilidade pela limpeza da área em causa compete ao proprietário e não à Junta de Freguesia. O Presidente do Executivo, no uso da palavra, esclareceu que, apesar de o investimento num destroçador florestal não ser elevado, tem ouvido opiniões de responsáveis de outras freguesias que consideram não se justificar a aquisição deste equipamento. Ainda assim, referiu que a possibilidade não se encontra excluída. Relativamente ao alargamento no lugar da Ínsua, referiu tratar-se de uma intervenção necessária e benéfica. Quanto à intervenção na Rua da Espinheira, informou que a mesma já se encontra agendada, existindo inclusive material disponível para a execução da obra. No que respeita à situação da vegetação a invadir a via pública, esclareceu que o proprietário já foi alertado, por diversas vezes, para proceder à limpeza, não tendo regularizado a situação até ao momento. Informou que o caso já foi denunciado junto dos serviços competentes da Câmara Municipal. -----

-----A ata desta sessão da Assembleia foi proposta a aprovação por minuta. Após votação da Assembleia de Freguesia foi aprovada por unanimidade. -----

-----E nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei. -----

A Presidente:_____

A Primeira Secretária:_____

O Segundo Secretário:_____